



ANAIIS DE HISTÓRIA DE ALÉM-MAR

Vol. I (2000)

ISSN 0874-9671 (impresso/print)

ISSN 2795-4455 (electrónico/online)

Homepage: <https://revistas.rcaap.pt/aham>

Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri (Coord). 1998. *História da Expansão Portuguesa, vol. 1 (1415-1570)*. Lisboa: Círculo de Leitores [recensão]

João Paulo Oliveira e Costa 

Como Citar | How to Cite

Costa, João Paulo Oliveira e. 2000. «Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri (Coord). 1998. *História da Expansão Portuguesa, vol. 1 (1415-1570)*. Lisboa: Círculo de Leitores [recensão]». *Anais de História de Além-Mar* I: 457-467. <https://doi.org/10.57759/aham2000.46995>.

Editor | Publisher

CHAM – Centro de Humanidades | CHAM – Centre for the Humanities
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
Universidade NOVA de Lisboa | Universidade dos Açores
Av.ª de Berna, 26-C | 1069-061 Lisboa, Portugal
<http://www.cham.fcsh.unl.pt>

Copyright

© O(s) Autor(es), 2000. Esta é uma publicação de acesso aberto, distribuída nos termos da Licença Internacional Creative Commons Atribuição 4.0 (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt>), que permite o uso, distribuição e reprodução sem restrições em qualquer meio, desde que o trabalho original seja devidamente citado.

© The Author(s), 2000. This is a work distributed under the terms of the Creative Commons Attribution 4.0 International License (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>), which permits unrestricted reuse, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.



As afirmações proferidas e os direitos de utilização das imagens são da inteira responsabilidade do(s) autor(es).
The statements made and the rights to use the images are the sole responsibility of the author(s).

História da Expansão Portuguesa, coord. de Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri, vol. 1 (1415-1570), Lisboa, Círculo de Leitores, 1998.

Em 1998, foi publicada pelo Círculo de Leitores a obra *História da Expansão Portuguesa*¹, sob a coordenação de Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri. A prestigiada casa editora dava assim continuidade à sua política de divulgação da História portuguesa que teve particular expressão nos anos 90, com a publicação de colecções como a *História de Portugal* dirigida por José Mattoso, a *História das Inquisições. Portugal, Espanha e Itália* de Francisco Bethencourt, a *História da Arte em Portugal*, de Paulo Pereira, a *História da Arte Portuguesa no Mundo (1415-1822)*, de Pedro Dias, o *Dicionário de História dos Descobrimentos*, coordenado por Luís de Albuquerque e Francisco Contento Domingues, ou mais recentemente a *História Religiosa de Portugal*, dirigida por Carlos Azevedo.

A *História da Expansão Portuguesa* abarca todo o processo da diáspora lusiada, desde o começo do processo expansionista, no século xv, até aos nossos dias, incluindo nesta análise o estudo do fenómeno migratório contemporâneo. Obra de grande fôlego, que procura apresentar uma síntese dos conhecimentos actuais sobre este fenómeno complexo e multifacetado, está dividida em 5 grossos volumes, segundo um critério cronológico; assim, cada um dos livros analisa sucessivamente os seguintes períodos: 1415-1570, 1570-1697, 1697-1808, 1808-1930, e 1930-1998. Dada a extensão dos textos e a especificidade de cada um dos volumes, apresentamos nesta recensão os nossos comentários apenas ao primeiro volume (1415-1570).

*

Conforme é referido no prefácio, os coordenadores conceberam uma obra centrada em temas e problemas, em vez de se limitarem ao modelo mais habitual de organização deste tipo de estudos em torno das diferentes áreas geográficas em que os Portugueses actuaram. Trata-se, sem dúvida, de uma análise mais abrangente, que, a ser bem executada, proporciona uma compreensão do fenómeno que dificilmente se pode obter quando os estudos são focalizados em determinadas regiões.

Assim, o primeiro volume está dividido em seis partes, intituladas: *o alargamento do horizonte de experiências*, em que são estudados os antecedentes, a prática de navegar, o impacto na cartografia e o contacto entre povos e civilizações; *a apropriação do espaço*, em que são apresentadas as principais características da fixação portuguesa no Norte de África, nas ilhas atlânticas e na costa africana, no oriente e no Brasil; *a disseminação das gentes*, que observa os fluxos de emigração, os modelos de integração, a acção dos Portugueses fora do império e a formação das sociedades lusas no Ultramar; *economia de subsistência e economia monetária*, que aborda o papel de quatro produtos na economia expansionista (os cereais, os metais preciosos e o açúcar e as especiarias), assim como a influência dos negócios conduzidos pelos Portugueses nos comércios regionais e no sistema económico mundial; *configurações do império*, que apresenta alguns dos prin-

¹ Citada nesta recensão pela sigla HEP.

cipais mecanismos institucionais que regularam o império – as capitanias, as câmaras e as misericórdias, a Igreja e a administração da Coroa; por fim, *práticas de identidade*, que estuda o papel da língua no império, o impacto da expansão na literatura e no Oriente, a evolução da cultura material e visual e a recepção europeia da expansão.

Ao abriremos o livro, estávamos, assim, perante um plano ambicioso que, apesar das reservas que tínhamos acerca da periodização, parecia indiciar uma abordagem moderna com novas propostas de análise e assente sobretudo na vontade de apresentar uma visão global e actualizada da expansão. Infelizmente a sua leitura não confirmou tal expectativa.

*

Antes de iniciarmos a apreciação dos conteúdos, vejamos o limite cronológico. Bethencourt e Chaudhuri escolheram a data de 1570, por entenderem que foi no derradeiro terço quinhentista que se manifestaram «as primeiras dificuldades do império português na Ásia, acompanhadas pelo arranque da economia do Brasil» (p. 9).

Esta escolha parece mostrar, desde logo, um fraco conhecimento dos trabalhos especializados que se têm realizado recentemente. Além do excelente desempenho da Carreira da Índia entre 1560 e 1580², esse período corresponde a uma fase pujante da presença lusa no Oriente, pois os Portugueses foram capazes de sobreviver à queda de Vijayanagar, em 1565, e à conquista do Guzerate pelos Mogores, em 1572, assim como ao assalto generalizado às suas praças, em 1570-71. Perante as mudanças profundas que ocorreram no xadrez político-comercial indiano, Goa respondeu com novas conquistas e a diversificação dos negócios; era, por exemplo, a época em que a célebre nau do trato saía anualmente da Índia para fazer a ligação comercial entre a China e o Japão, sem ter que levar escolta e sem ser incomodada seriamente senão pelas forças da Natureza. As dificuldades por que passou o Estado da Índia nessa ocasião foram conjunturais e não colocaram sequer os Portugueses numa posição defensiva. Como qualquer potência regional, o Estado da Índia mostrou então que era capaz de acompanhar a evolução dos acontecimentos asiáticos³. As alterações profundas sucederiam mais tarde, quando outras nações, vindas do exterior, surpreenderam os poderes asiáticos, em que se incluía o Estado da Índia; pensamos, por isso, que o corte estrutural na história da Índia Portuguesa deve ser estabelecido no primeiro quartel do século XVII.

² Na década de 1561-1570, entre Portugal e a Índia, perderam-se 3 navios e a taxa de viagens bem sucedidas foi de 93,8%; na década seguinte, soçobrou apenas uma embarcação, tendo as chegadas atingido os 98%; no regresso, na primeira destas décadas perderam-se 5 navios, e atingiu-se uma taxa de sucesso de 88,8%, e nos anos seguintes a perda de 4 embarcações remete-nos para uma taxa de 90,6%. Estes anos representam, assim, o período de menores perdas na Carreira. Cf. A. LOPES, P. GUINOTE e E. FRUTUOSO, «O movimento da Carreira da Índia nos séculos XVI-XVII. Revisão e propostas», in *Mare Liberum*, Lisboa, n.º 4, 1992, pp. 187-265.

³ Sobre esta matéria veja-se o estudo de Luís Filipe THOMAZ, «A crise de 1565-1575 na História do Estado da Índia», in *Mare Liberum*, Lisboa, n.º 9, 1995, pp. 481-520; o livro de Sanjay SUBRAHMANYAM, *The portuguese empire in Asia, 1500-1700. A political and economic history*, Londres e Nova Iorque, 1993, pp. 80-143; veja-se ainda o nosso estudo e de Victor RODRIGUES, sob a direcção de Luís Filipe THOMAZ, *Portugal y Oriente: el proyecto indiano del rey Juan*, Madrid, 1992, pp. 273-333. Sobre a continuidade das capacidades económicas e financeiras do Estado da Índia nos anos da viragem do século XVI para o XVII dispomos também do estudo de Artur Teodoro de MATOS, «A situação financeira do Estado da Índia no período filipino (1581-1635)» in *Na rota da Índia. Estudos de História da Expansão portuguesa*, Macau, 1994, pp. 61-110.

No caso do Brasil, a aceleração da economia brasileira no último terço quinhentista é um facto indiscutível, mas tem que ser integrada no processo que a tornou possível – o da intervenção directa da Coroa, a partir de 1549, com a criação do governo geral, que possibilitou o domínio de toda a orla costeira, desde a foz do Amazonas até São Vicente, e que se concluiu na segunda década seiscentista. Assim, o surto de produção açucareira não parece representar um momento novo, mas a consequência da nova política empreendida pelo rei em meados de Quinhentos.

É evidente que o estabelecimento de cortes cronológicos é sempre uma tarefa ingrata e discutível, mas não pode ser arbitrária e tem que ser bem fundamentada. No caso presente, é significativo que vários capítulos, incluindo alguns redigidos pelos próprios coordenadores, não respeitam a barreira de 1570 e prosseguem precisamente até à viragem do século, quando a evolução dos acontecimentos mostra modificações substanciais que permitem detectar uma mudança estrutural.

É certamente por isso que na *Nova História da Expansão Portuguesa*, que vem sendo publicada sob a direcção de A. H. de Oliveira Marques e Joel Serrão, tanto os volumes dedicados ao Brasil como ao Oriente têm o seu primeiro corte cronológico no início do século XVII⁴. Sucede, porém, que os directores desta última colecção confiaram a execução da obra a especialistas, enquanto os organizadores da *História da Expansão Portuguesa* assumiram eles próprios essa tarefa sem que sejam, na verdade, especialistas do tema em questão. Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri são historiadores com um excelente currículo, mas construíram-no trabalhando outros temas, como se vê, por exemplo, pelos trabalhos que assinalam nas suas notas biográficas.

Entenda o leitor que não temos uma visão «feudal» da História, em que determinados assuntos «pertencem» a certos indivíduos – pelo contrário, sempre defendemos que para cada um devem existir vários especialistas; só que a especialização exige um conhecimento aprofundado da matéria, um domínio razoável da bibliografia, e uma consciência do estado das questões. Ora é patente que os coordenadores não têm estas qualidades, no que respeita à história da Expansão Portuguesa, a despeito de serem reputados historiadores. Estamos, assim, perante uma obra que pode ser comparada a um livro de cardiologia escrito por um bom otorrino: há um conhecimento de base que é óbvio, há excelentes intuições, mas falta o domínio do tema, pelo menos no que respeita ao período em análise neste primeiro volume.

*

Por estas razões há críticas de fundo a apontar ao livro no seu conjunto, que derivam, em nosso entender, do que foi exposto atrás.

Veja-se, em primeiro lugar, que há um desinteresse quase total pela história dos povos com que os Portugueses contactaram. Apesar dos inúmeros trabalhos que têm sido realizados nesta matéria, nomeadamente mais de duas dezenas de dissertações de mestrado levadas a cabo na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, não são referidos nem os contextos culturais nem as conjunturas político-militares e comerciais que os Portugueses

⁴ Cf. *O Império Luso-Brasileiro, 1500-1620* (coordenação de Harold JOHNSON e Maria Beatriz Nizza da SILVA), Lisboa, Estampa, 1992. Os volumes sobre o Oriente ainda não foram publicados, mas o corte cronológico entre os dois primeiros livros também se fará por volta de 1620. Veja-se ainda que Jorge Couto, ao escrever *A construção do Brasil*, interrompeu a análise em 1580 por exigências do editor, mas não deixou de afirmar na introdução que o domínio da Coroa portuguesa pelos reis de Espanha provocou mudanças significativas «no Brasil quinhentista, mas sobretudo seiscentista». Jorge COUTO, *A construção do Brasil*, Lisboa, 1995, p. 16.

enfrentaram. Os mais variados territórios e soberanos são citados aqui e ali, mas nunca são explicados de um modo sistemático, sucedendo mesmo o caso de se afirmar que para a defesa de Goa, em 1510, se impunha «viver em paz com os reinos hindus de Narsinga e de Daquém» (p. 397), quando este último se desagregara havia mais de 20 anos e fora um império muçulmano.

Neste sentido, o livro marca um retrocesso, nomeadamente em relação a *Portugal no Mundo*, a obra que Luís de Albuquerque dirigiu no final dos anos 80. Com efeito, a *História da Expansão Portuguesa* aproxima-se da velha história colonial centrada nos Portugueses e nos seus feitos sem se preocupar com a sua contextualização. Há dez anos, Vitorino Magalhães Godinho sustentava que a celebração dos Descobrimentos devia assentar mais na publicação de novas fontes e na preparação de estudos sistemáticos do que em festejos. Em parte, esse seu desejo foi cumprido nos anos seguintes, mas o grosso desse trabalho de sistematização de informação e de modernização das abordagens é ignorado nesta obra, assim como alguns dos autores mais marcantes dos últimos anos, especialmente Jean Aubin (uma única menção nas referências bibliográficas), Geneviève Bouchon (apenas três menções) e mesmo Sanjay Subrahmanyam e Luís Filipe Thomaz; estes dois últimos até são citados com alguma regularidade, mas as suas ideias raramente são seguidas.

Conforme referimos atrás, estes dois investigadores demonstraram com clareza que a crise de 1565-70, no Oriente, foi um acontecimento conjuntural a que o Estado da Índia respondeu com prontidão e agilidade; os trabalhos em que apresentaram as suas ideias são referidos no livro, mas ainda assim, os coordenadores da obra preferiram adoptar a visão antiquada que assinalava os anos 70 do século XVI como uma fase de mudança, com recuos consideráveis no Oriente. Finalmente não deixa de ser estranho ver Carlos Riley, remetendo para um estudo de 1980, reclamar que «já é tempo de se considerar a matriz medieval do movimento expansionista» (p. 137), quando Luís Filipe Thomaz, em estudos apresentados em 1989⁵ e 1990⁶, salientou precisamente as raízes medievais do processo expansionista, pelo que tal reclamação revela um mau conhecimento da bibliografia mais recente, e induz os leitores em erro.

Em segundo lugar, refira-se a ausência de estudos globais de conjuntura: como vimos, os coordenadores apresentam a sua obra como uma tentativa de ultrapassar as análises espartilhadas pelos limites da Geografia, mas os capítulos dedicados à evolução das conjunturas analisam separadamente as diferentes áreas geográficas. Sucede, assim, que não há um estudo sistemático das políticas expansionistas, desde D. João I até D. Sebastião, embora todos esses governantes, assim como o infante D. Henrique, tenham imprimido a sua marca pessoal no processo e tenham condicionado consideravelmente o curso dos acontecimentos, pelo que tal análise é indispensável para uma compreensão global da expansão lusitana.

A estas duas lacunas de fundo acrescenta-se ainda a existência de muitas afirmações contraditórias, o que não nos parece fazer sentido num livro que pretende «fornecer um quadro de informações e de interpretações cientificamente fundadas sobre a expansão

⁵ Luís Filipe THOMAZ, «O projecto imperial joanino (tentativa de interpretação global da política ultramarina de D. João II)», in *Congresso Internacional Bartolomeu Dias e a sua época. Actas*, Porto, 5 vols., 1989, vol. 1, pp. 81-98 (reeditado depois em 1994 na colectânea *De Ceuta a Timor*, pp. 149-168). *Idem*, «Portugal et l'Afrique au Xve siècle: les débuts de l'expansion», in *Arquivos do Centro Cultural Português*, Lisboa-Paris, vol. xxvi, 1989, pp. 161-256 (reeditado depois em 1994 na colectânea *De Ceuta a Timor*, pp. 43-148).

⁶ Cf. Luís Filipe THOMAZ, «L'idée impériale manuéline», in *La Découverte, le Portugal et l'Europe*, Paris, 1990, pp. 35-103.

portuguesa» (p. 8), não se tratando, por isso, de um espaço apropriado para se discutirem várias teorias sobre um mesmo assunto.

Assim, não se nos afigura correcto ler na introdução que a partir de 1570 os Portugueses começavam a sentir dificuldades na Ásia, e depois Chaudhuri afirmar que em 1587 o Estado da Índia vivia uma época de apogeu e prosperidade (p. 498). Podemos dar mais alguns exemplos deste tipo de discordâncias que podem provocar a confusão entre os leitores: Carlos Riley, por exemplo, referindo-se à passagem do cabo Bojador por Gil Eanes, em 1434, afirma que não entende «a profunda viragem que segundo alguma historiografia este feito assinala no contexto da exploração da costa ocidental africana» (pp. 154-155), mas em capítulos anteriores outros autores assinalam, e bem, a importância desse feito ⁷.

É óbvio que as pessoas são livres de ter opiniões divergentes, mas não é aceitável que numa obra deste tipo, um mesmo acontecimento seja caracterizado por duas formas diferentes, pois deixa na dúvida o leitor que não conhece a matéria.

É também o caso da continuação dos Descobrimentos após a morte do infante D. Henrique, pois a direcção da empresa tanto ficou nas mãos do seu herdeiro, o infante D. Fernando (p. 78), o que é um erro grosseiro, como passou logo para as mãos da Coroa (p. 313). Também a terceira armada da Índia tem duas datas: segundo Chaudhuri foi a de Vasco da Gama, em 1502 (p. 174), mas mais adiante Romero de Magalhães dá-nos a versão correcta, ao referir o ano de 1501 (p. 321). Veja-se ainda que num capítulo se calcula que tenham morrido cerca de 17 000 pessoas na Carreira da Índia entre 1497 e 1590 (p. 498), enquanto noutro se afirma que só entre 1528 e 1558 pereceram cerca de 30 000 (p. 230). Também é dado a entender que em 1587, aquando do primeiro édito de expulsão dos missionários do Japão, estes abandonaram o país para regressarem pouco depois ⁸, o que, sendo mais um erro grosseiro, é desmentido adiante (p. 509).

*

Se na maior parte do texto encontramos amiúde imprecisões, erros e lacunas, importa salientar que encontramos também contributos de qualidade, sobretudo nos capítulos que são redigidos por verdadeiros especialistas: é o caso do capítulo de José Mattoso sobre os antecedentes, o de Francisco Contente Domingues sobre a construção naval, o de António Dias Farinha sobre a presença em Marrocos (os três, infelizmente, demasiado curtos), o de Isabel dos Guimarães Sá sobre as Misericórdias, o de Rafael Moreira sobre a cultura portuguesa dos séculos xv e xvi, e os capítulos sobre o Brasil e relativos à dimensão económica do império, de Romero de Magalhães.

Nos demais capítulos não deparamos com a mesma segurança ou consistência, embora no que concerne às páginas redigidas por Luís Jorge Semedo de Matos, apenas se devam criticar as referências ao período de 1460-1475, pois de resto é extremamente elucidativo sobre a prática de navegar.

⁷ Cf. HEP, vol. 1, p. 74. Já num capítulo anterior, José MATTOSO chama a atenção para o medo do mar, que condicionava os mareantes antes do início dos Descobrimentos.

⁸ «A crise estalou em 1587, com a expulsão dos religiosos, destruição de grande parte das suas casas e confisco dos bens. Nos anos seguintes regressaram, mas a situação manteve-se precária [...]». HEP, vol. 1, p. 379.

*

Refira-se também o interesse dos capítulos de Francisco Bethencourt sobre *as configurações do império*, em que o autor traça um quadro completo das principais instâncias de poder que intervieram na administração ultramarina. No entanto, no que respeita à missionação, por exemplo, o autor não problematiza o tema (pp. 378-381). Somos, por isso, forçados a voltar a uma das críticas centrais – o desinteresse pelos povos locais. Com efeito, a evangelização não pode ser explicada apenas com a indicação dos locais por onde andaram missionários e pela forma como eles se distribuíam pelo terreno; há que explicar quais foram as reacções que os eclesiásticos suscitaram entre as populações que tentaram converter, e convém procurar as razões que possibilitaram o despontar de algumas cristandades numerosas em certas zonas e a rejeição liminar do Cristianismo noutras.

Também no capítulo sobre a administração da Coroa deparamos com a habitual superficialidade do modelo de análise; por exemplo, o sub-ponto sobre os oficiais é resolvido com o recurso apenas ao orçamento do Estado da Índia de 1574 (pp. 398-399), deixando de parte toda a evolução anterior, o que nos parece metodologicamente incorrecto; o mesmo se passa quando se procura estabelecer um modelo de comportamento da Coroa em relação aos monopólios, a partir de um único estudo de caso relacionado com Marrocos (pp. 389-392).

Uma última palavra no que respeita a estes capítulos. Ao olhar unicamente para os Portugueses e para o modelo administrativo que levaram para o Ultramar, o autor ignora os sistemas locais que os Portugueses adoptaram, nomeadamente no Oriente: o controlo das terras na Índia e em Ceilão, assim como a administração portuária de Malaca, por exemplo, continuaram a ser realizados segundo normas que já funcionavam antes da ocupação lusa, conforme foi realçado, por exemplo, por Luís Filipe Thomaz, em 1985⁹. O leitor da *História da Expansão Portuguesa* continuará a desconhecê-los e a ter, por isso, uma visão parcelar do sistema administrativo dos Portugueses no Oriente.

Os textos de J. R. Russel-Wood, por sua vez, proporcionam-nos uma boa visão global do tema *a disseminação das gentes*, mas a abordagem, por vezes, também é superficial, recorrendo amiúde a exemplos pontuais para ilustrar todo o período em questão; incorre, além disso, nalguns equívocos, como o de atribuir aos *lançados* as características dos degredados, ignorando ao mesmo tempo o papel dos lançados na costa da Guiné (pp. 261-262), embora haja bibliografia recente sobre o tema¹⁰; refere, além disso, como uma carta de foral, a carta de privilégios que D. Afonso V concedeu, em 1466, aos que fossem povoar a ilha de Santiago¹¹, considera S. Jorge da Mina como uma «colónia» (p. 249), e ignora a existência do patriarcado da Etiópia e do bispado de Cochim (p. 268). Estas falhas de pormenor não retiram o interesse dos capítulos, mas prejudicam-nos e poderiam ter sido evitadas pelos coordenadores da obra.

Coube a Joaquim Romero de Magalhães o estudo da dimensão económica da expansão; por via dos seus capítulos o leitor fica, sem dúvida, com noções gerais muito

⁹ Cf. Luís Filipe THOMAZ, «Estrutura político-administrativa do Estado da Índia no século XVI», in *II Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa. Actas*, Lisboa, 1985, pp. 511-540 (posteriormente reeditado na obra *De Ceuta a Timor*, pp. 207-244).

¹⁰ Cf., por exemplo, Maria Emília Madeira SANTOS, «Os primeiros “lançados” na costa da Guiné: aventureiros e comerciantes», in *Portugal no Mundo* (dir. de Luís de Albuquerque), 6 vols., Lisboa, 1989, vol. 2, pp. 125-136.

¹¹ Neste caso, o autor da concessão também não é claro, pois começa por ser atribuída ao infante D. Fernando, 2.º duque de Viseu, para depois ser referida como uma decisão d'el-rei. Cf. HEP, vol. 1, pp. 231 e 242.

claras sobre esta matéria. No que respeita ao comércio, deve-se realçar a excelente opção de organizar capítulos por produtos. Assim, o autor analisa o comércio de cereais, dos metais preciosos e do açúcar e especiarias; parece-nos, todavia, que poderiam ter sido analisados outros negócios extremamente importantes. É o caso dos cavalos, que tiveram um papel essencial nas trocas de Santiago com os Rios da Guiné, ao mesmo tempo que faziam a fortuna do Estado da Índia, pelo controlo das rotas oriundas da Pérsia e da Arábia que passavam por Ormuz e que desembocavam essencialmente em Goa, Chaul e Cananor. É também o caso do comércio de escravos, outro negócio que os Portugueses controlaram tanto no Atlântico como no Índico, e que proporcionou lucros chorudos à Coroa e aos mercadores nele envolvidos logo na centúria quatrocentista; além disso, afigura-se necessária uma referência ao papel crucial do arquipélago de Cabo Verde no fornecimento de mão-de-obra africana para a América Espanhola¹². Mereceriam igualmente um capítulo específico os tecidos, na medida em que tiveram um papel relevante nas transacções efectuadas quer no Atlântico quer no Oriente. Os cavalos, os escravos e os tecidos, à semelhança dos produtos analisados mais detalhadamente por Romero de Magalhães, constituíam traves-mestras da dinâmica comercial do império.

Em nosso entender, a inclusão de uma tabela com as diferentes moedas e unidades de conta que eram utilizadas por todo o Império, proporcionaria um instrumento de trabalho da maior utilidade.

O texto de Diogo Ramada Curto sobre a expansão da língua aborda um tema importante, e realça uma das figuras mais importantes de todo o processo expansionista – o intérprete; é, todavia, um dos casos paradigmáticos do luso-centrismo desta obra, pois o autor preocupa-se essencialmente em detectar as áreas em que o português passou a ser falado por populações ultramarinas, mas não analisa os casos em que a nossa língua influenciou os falares locais. Com efeito, a expansão da língua lusíada não se reduziu à sua adopção plena por alguns grupos; com efeito, a sua influência atingiu todos os portos da Ásia, quando se tornou numa das suas línguas francas e inúmeros dos seus vocábulos entraram nas línguas locais, e perduraram até aos nossos dias, o mesmo sucedendo em muitas zonas de África. Finalmente, este luso-centrismo exagerado leva o autor a não referir que, além dos clérigos, muitos outros portugueses, mercadores e oficiais administrativos, e a esmagadora maioria dos *casados* e dos *lançados* falavam fluentemente as línguas dos povos em que se haviam integrado.

Voltamos, pois, a uma das questões essenciais – se quisermos ver a expansão portuguesa como um processo dinâmico da história universal, há que a interpretar como um movimento de descompartimentação do mundo¹³, em que se geraram trocas mútuas, que colocaram homens, animais, plantas e produtos em circulação em todas as direcções – mas esta é, de facto, toda uma matéria que está ausente na *História da Expansão Portuguesa*.

*

Nos textos de Ramada Curto encontramos, além disso, alguns exemplos de um domínio imperfeito do processo global da história da expansão, como se vê no comentário ao regimento da Mina de 1529 em que, segundo este autor, D. João III se refere «curiosa-

¹² Bethencourt refere-se, numa linha, ao impacto demográfico da grande transferência de africanos para a América, mas sem analisar detalhadamente esse impacto e sem se interessar pelo processo comercial que sustentou essa migração forçada. Cf. HEP, vol. 1, p. 109.

¹³ Conceito desenvolvido, por exemplo, por Pierre LÉON em *História Económica e Social do Mundo* (dir. de Pierre Léon), 6 vols., Lisboa, 1983-1984, vol. 1, pp. 9-53.

mente» a S. Jorge da Mina como uma cidade ¹⁴. Neste caso, não faz sentido falar em «curiosidade», na medida em que esse estatuto fora determinado em 1486, por D. João II ¹⁵; poder-se-á argumentar que a estrutura aí existente não o justificava, mas o texto do documento de 1529 é apenas o reflexo do sistema político-administrativo vigente.

No capítulo seguinte, dedicado à literatura, encontramos outro equívoco do mesmo tipo, quando o autor insinua que as notícias da expansão portuguesa não influenciavam os textos produzidos no resto da Europa, dando como exemplo uma obra de 1572 (p. 434). Ora um dos problemas metodológicos que condicionam muitos dos textos deste volume é precisamente o de se fazerem generalizações com base num único exemplo, quando uma pesquisa mesmo que sumária ou parcial pode mostrar o contrário ¹⁶. Veja-se, por exemplo, que buscando referências ao Japão (cujo conhecimento no mundo ocidental, por então, só podia ser adquirido por via dos Portugueses), encontramos este país citado numa História Universal publicada em Paris, em 1573, e em muitas outras obras de carácter histórico-geográfico impressas nos anos seguintes. No cômputo geral, conhecemos 576 edições quinhentistas com referências ao arquipélago do Sol Nascente, que foram dadas à estampa em 73 cidades, de Portugal à Lituânia e da Inglaterra à Itália ¹⁷. Embora nunca tenhamos realizado pesquisas sistemáticas para as outras áreas do império, o conhecimento empírico que temos da matéria permite-nos afirmar que a influência da expansão lusa na literatura europeia foi determinante para a evolução do conhecimento geográfico no Ocidente.

Não estamos com tudo isto a afirmar que os autores de textos de síntese devem conhecer detalhadamente estas matérias, mas apenas que não se deve elaborar uma síntese baseada em exemplos isolados e atípicos, quando existem estudos e catálogos que demonstram facilmente o contrário.

Outro capítulo que enferma da mesma deficiência é o de Francisco Bethencourt sobre o contacto entre povos e civilizações; trata-se de um tema interessantíssimo e essencial para a compreensão da acção dos Portugueses pelo mundo, mas que exige a análise sistemática das fontes. Não é isso, porém, que o autor nos oferece; Bethencourt limita-se a referir sete textos que ilustram os encontros com os povos da Guiné, Congo, Índia, Brasil, Etiópia, China e Japão.

Assim, para a Guiné é usado como objecto de análise a vinda a Portugal, em 1488, do Bemoim, antigo rei dos Jalofof; dispondo de vários relatos quatrocentistas, nomeadamente os de Cadamosto e de Jerónimo Münzer, ou ainda a crónica de Zurara, o autor fixa-se num acontecimento de cariz político, completamente desfasado do tema em questão. No que respeita ao Congo, o autor estuda apenas o modo como os nativos são descritos por Rui de Pina, e crê que conseguiu explicar o encontro de civilizações entre os dois povos, deixando por analisar as relações subsequentes, nomeadamente as embaixadas enviadas pela Coroa, os esforços de missão e a acção do rei Afonso I do Congo, temas

¹⁴ «Em 1529, D. João III concede um novo regimento a São Jorge da Mina, curiosamente qualificada como cidade» (p. 428).

¹⁵ Cf. João de BARROS, *Décadas da Ásia*, I, iii, 2; J. Bato'ora Ballong-Wen MEWUDA, *São Jorge da Mina 1482-1637*, Paris, 1993, p. 68.

¹⁶ Entre outros, já Jorge Borges de Macedo havia mostrado a forma como os textos sobre a Expansão eram procurados pelos Europeus no século XVI. Cf. «Livros impressos em Portugal no século XVI, interesse e formas de mentalidade», in *Arquivos do Centro Cultural Português*, Paris, vol. IX, 1975, pp. 183-221.

¹⁷ Cf. «O Japão e os Japoneses nas obras impressas na Europa quinhentista», in *O Japão e o Cristianismo no século XVI. Ensaio de história luso-nipónica*, Lisboa, 1999, pp. 189-290 (trata-se do texto de uma comunicação apresentada em Paris, em 1994, num colóquio internacional promovido pelo CNRS sobre os 450 anos da chegada dos Portugueses ao Japão).

que foram analisados detalhadamente, por exemplo, por António Brásio¹⁸ e por W. G. L. Randles¹⁹. O encontro com os indígenas do Brasil é visto só pelos olhos de Pero Vaz de Caminha, colocando de parte um número considerável de textos, como é o caso das cartas dos Jesuítas.

Para a Índia o autor analisa apenas os contactos estabelecidos por Vasco da Gama em 1498. Tratou-se de um encontro que assentou numa série de equívocos, pelo que nessa ocasião os Portugueses não chegaram sequer a apreender correctamente a realidade do Malabar, e muito menos a da Índia. Dispomos hoje de um riquíssimo conjunto de textos que descrevem os hábitos e costumes dos Indianos e que relatam o modo como os Portugueses os foram conhecendo, e o modo como foram sendo influenciados, nomeadamente os de Duarte Barbosa e de Tomé Pires. Para o caso da Etiópia, Bethencourt resolve o assunto com uma breve análise da *Verdadeira Informação*, mas ignora uma vez mais todos os outros testemunhos dos contactos com essa civilização africana.

No que respeita à China utiliza as cartas dos cativos de Cantão, prescindindo de todo o manancial de informações que havia sido recolhido antes em Malaca, nomeadamente por via dos primeiros mercadores e oficiais da Coroa que tinham frequentado o Celeste Império, e que já fora estudado por vários investigadores²⁰. Finalmente, o primeiro encontro com o Japão é visto através da *Peregrinação* de Fernão Mendes Pinto, que é um texto tardio sobre esse relacionamento inicial; o autor limita-se a citar Léon Bourdon, ignorando outros autores que estudaram exaustivamente o início das relações luso-nipónicas, como Charles Boxer²¹ ou Georg Schurhammer²², e não utiliza a descrição do Japão e dos Japoneses redigida em 1547 por Jorge Álvares que é, no mínimo, um excelente complemento aos capítulos da *Peregrinação* e que tem a vantagem de ter sido escrito no momento e não passadas várias décadas. Utilizando estas análises pontuais, que não explicam minimamente o que foi o contacto duradouro dos Portugueses com os povos ultramarinos, ficam de fora, não só as verdadeiras características desses contactos e a forma como evoluíram ao longo do tempo, mas também outros temas que lhe estão associados, como o rápido surgimento de grupos de mestiços em todos os continentes, que tornaram a designação de *português* numa expressão mais complexa do que a simples referência aos filhos de pai e mãe portuguesa.

Finalmente, ao concluir este capítulo, referindo-se a textos impressos na Europa que «aguçaram» o interesse dos Europeus pela Ásia, o autor ignora as centenas de edições de cartas de missionários dadas à estampa pela Companhia de Jesus (p. 110); ora, mesmo para o período que vai até 1570 já podemos assinalar mais de uma centena de edições

¹⁸ Vejam-se, por exemplo, os artigos de António BRÁSIO, «Uma embaixada colonizadora ao Congo no século XVI», in *História e missiologia, inéditos e esparsos*, Luanda, 1973, pp. 257-266; «Embaixada do Congo a Roma em 1514?», *Ibidem*, pp. 277-302; «O Congo e o concílio tridentino», *Ibidem*, pp. 314-325.

¹⁹ Cf. W. G. L. RANGLES, *L'ancien royaume du Congo*, Paris, 1968.

²⁰ Cf., por exemplo, Rui Manuel LOUREIRO, *A China na cultura portuguesa do século XVI. Notícias, imagens e vivências*, 2 vols., Lisboa, 1994 (dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa); o nosso estudo «A Coroa portuguesa e a China (1508-1531) – do sonho manuelino ao realismo joanino», in *Estudos de história do relacionamento luso-chinês, séculos XVI-XIX* (organização e coordenação de Jorge Manuel dos Santos ALVES e António Vasconcelos SALDANHA), Macau, 1996, pp. 11-84 (versão desenvolvida de um trabalho inicial publicado na revista *Stvdia*, n.º 50, em 1991).

²¹ Cf. C. R. BOXER, *The christian century in Japan*, Manchester, 1993 (edição original, 1951).

²² Cf. Georg SCHURHAMMER S.J., *Francis Xavier, his times his life*, 4 vols., Roma, 1985-1987, vol. 4 (reimpressão revista); *Idem*, «O descobrimento do Japão pelos Portugueses no ano de 1543», in *Orientalia*, Lisboa-Roma, 1963, pp. 485-580.

dos Jesuítas, publicadas em mais de uma dezena de cidades, que tinham uma circulação garantida por todos os territórios ligados ao Catolicismo.

*

Finalmente, uma breve palavra para os capítulos de Kirti Chaudhuri. São textos absolutamente dispensáveis, não só porque a maior parte das suas informações reaparecem noutros capítulos, mas sobretudo porque não têm qualidade e demonstram um enorme desconhecimento da matéria.

Por exemplo, Chaudhuri parece ignorar os conflitos internos que condicionaram o estabelecimento dos Portugueses no Índico e chega mesmo a afirmar que a política de Afonso de Albuquerque de conquista de Adém, Malaca e Ormuz foi planeada em conjunto com o Conselho Real (p. 175), quando sabemos que o *Terribil* foi nomeado secretamente para o cargo de governador da Índia, dois anos antes da data em que o deveria assumir ²³.

Além disso, comete inúmeros erros de pormenor, como referir-se à política «sistematicamente implementada pelos *almirantes* portugueses enviados para o oceano Índico» (p. 171) e citar os capitães de Malaca como «governadores» (p. 182); também erra ao denominar o governador Nuno da Cunha como «vice-rei» e, ao definir a estrutura de administração instalada em Goa, inclui logo o arcebispo (p. 178), que só existiria a partir de 1558; entende ainda que só em 1550-80 é que o comércio oriental se tornou mais importante para o Estado da Índia do que as trocas entre Portugal e a Índia (p. 172), quando este já adquirira essa grande importância na segunda década quinhentista.

Como Chaudhuri não se preocupa suficientemente em definir a evolução dos acontecimentos, o leitor poderá julgar que o comércio sino-nipónico sempre se fez pela rota entre Macau e Nagasáqui (p. 184), o que só sucedeu a partir de 1570. Mais adiante fala num plano de 1519-1520 para a conquista das áreas costeiras da China (p. 489), que nunca existiu, pelo menos ao nível da Coroa e dos seus oficiais. Refere ainda que as *Décadas* de João de Barros relatam os factos até 1526 (p. 520), quando narram os acontecimentos até 1538, e que o padre Simão Rodrigues escrevia para a *Propaganda Fide*, nos anos 40 do século XVI (p. 523), quando esta instituição foi fundada em 1622. Também afirma que o édito anti-cristão de Tokugawa Ieyasu, de 1614 foi ineficaz (p. 511), o que está errado, assim como não faz sentido dizer que a existência da cristandade siro-malabar facilitou o trabalho dos missionários (p. 506), ou que Duarte Barbosa era um especialista da língua malaia (p. 519), quando Barbosa era, de facto, um profundo conhecedor da língua malaia; as palavras são parecidas mas referem-se a falares de duas áreas bem distintas – a Malásia e o Sudoeste da Índia, respectivamente.

*

Poder-se-á afirmar que nos estamos a agarrar demasiado a pequenos lapsos. É certo que todos nós podemos cometer imprecisões quando escrevemos, mas quando estas se repetem de uma forma quase sistemática, como é frequente nesta obra, de um modo geral,

²³ Para lá dos estudos de Luís Filipe THOMAZ e de Sanjay SUBRAHMANYAM já citados, lembremos apenas alguma da bibliografia que é ignorada neste volume e que tem mostrado a complexidade do problema: Geneviève BOUCHON, *Albuquerque, le lion des mers d'Asie*, Paris, 1992; Jean AUBIN, «L'ambassade du Prêtre Jean à D. Manuel», in *Mare Luso-Indicum*, Paris, n.º 3, 1976, pp. 1-56; *idem*, «L'apprentissage de l'Inde. Cochim 1503-1504», in *Moyen Orient & Océan Indien*, Paris, n.º 4, 1987, pp. 1-96; Victor Luís Gaspar RODRIGUES e Inácio GUERREIRO, «O "grupo de Cochim" e a oposição a Afonso de Albuquerque», in *Stvdia*, Lisboa, n.º 51, 1992, pp. 119-144; o nosso artigo, «Simão de Andrade, fidalgo da Índia e capitão de Chaul», in *Mare Liberum*, Lisboa, n.º 9, 1995, pp. 99-116.

e nos capítulos de Chaudhuri em particular, há que fazer a crítica, até porque tantas incorrecções tornam esta obra pouco recomendável – quem a ler pode adquirir, sem dúvida, algumas noções certas, mas não ficará com uma visão global da evolução dos acontecimentos que proporcionaram a formação do império, nem ficará desperto para os modelos de análise que se desenvolveram nos últimos tempos e que enriqueceram consideravelmente a historiografia sobre o processo expansionista; além disso, poderá ter como certos uma série numerosa de erros grosseiros, como os que enumerámos nestas linhas.

JOÃO PAULO OLIVEIRA E COSTA
Centro de História de Além-Mar
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
Universidade Nova de Lisboa

OM PRAKASH – *European commercial enterprise in pre-colonial India*, vol. II.5. *The New Cambridge History of India*, Gordon Johnson (General editor), C. A. Bayly e John F. Richards (Associate editors), Cambridge University Press, Cambridge, 1998, 378 pp. (+ gráficos, mapas, quadros, índice analítico).

Esta obra de Om Prakash sobre a empresa comercial europeia na Índia entre os séculos XVI e XVIII constitui um dos trinta e um volumes, previstos ou já publicados, que dão forma à *The New Cambridge History of India*. O projecto, coordenado por três especialistas da Ásia do Sul, divide-se em quatro partes e conta com um volume dedicado à expansão portuguesa na Índia, a cargo de M. N. Pearson (*The Portuguese in India*, 1987; trad. port. Teorema/O Jornal, 1990).

Trata-se de produzir uma obra de grande fôlego, no trânsito do século XX para o seguinte, capaz de ultrapassar a original *Cambridge History of India*, publicada em cinco volumes entre 1922 e 1937. Esta, como é natural, não resistiu à erosão do tempo, tanto mais que haveria de nascer entretanto um país que já completou meio século e que logrou gerar uma verdadeira plêiade de historiadores. Neste novo projecto, a ordenação cronológica cedeu o lugar, com vantagem, ao critério temático: os diferentes volumes, cada um deles confiado a um só especialista, partilham com frequência a mesma época, ainda que observando-a de ângulos diversos e submetendo-a a diferentes questionários. O livro que aqui se aprecia é um dos sete volumes que compõem a parte II: *Indian states and the transition to colonialism*.

Om Prakash é professor na prestigiada Delhi School of Economics, Universidade de Deli. Especialista de história económica da Índia no período pré-colonial, este historiador tem estudado com rigor o envolvimento dos Holandeses na Ásia do Sul nos séculos XVII-XVIII, uma aprendizagem que iniciou há mais de trinta anos e que faz dele um dos mais profundos conhecedores do *Algemeen Rijksarchief* (Haia) e da documentação produzida pela *Verenigde Oost-Indische Compagnie* (VOC)¹. Ainda assim, Prakash não tem descurado as relações com outros historiadores europeus e outras escolas interessadas na

¹ Entre as suas obras mais importantes, ver *The Dutch East India Company and the economy of Bengal, 1630-1720*, Princeton, 1985; *Precious metals and commerce: The Dutch East India Company in the Indian Ocean Trade*, Londres, 1994; *Asia and the Pre-Modern World Economy*, Leida, 1995.